

**XVIII Jornadas sobre a função social do museu**  
Idanha-a-Nova - 2008  
Alfredo Tinoco

**Turismo e desenvolvimento local –  
função social do património**

O mundo da *patrimonialização* dos objectos e da sua *musealização* enfrenta hoje novos desafios. Afinal é esse o nosso quotidiano – enfrentar desafios.

Estamos agora perante duas entidades sobre as quais muito discutimos nas últimas décadas – o Património e o Turismo. Já suspeitámos muito de ambas. Houve um tempo, há umas décadas atrás, em que alguns de nós separávamos claramente o “património” daquilo que já constituía o espólio museológico, como se os objectos musealizados já não fossem ou nunca tivessem pertencido à categoria de “património”. O alargamento do conceito de património e a sua aceitação quase universal fizeram-nos rectificar o nosso erro.

Do “turismo” desconfiámos ainda mais. O turista era o intruso, senão o agressor que nada entendia da “nossa” cultura. E, depois, tínhamos a *certeza* de que o turismo não era, não poderia ser, a salvação para os problemas da estagnação sócia e económica e, logo cultural, de que padeciam as comunidades num mundo em mudança que elas não entendiam (e, diga-se de passagem, nós também não).

Assim sendo, andávamos a fazer museus contra o mundo. Abrigos, refúgios, *bunkers*, capazes de salvar a nossa cultura do agressor.

Mas o tempo e, sobretudo, as experiências pioneiras de outros que ousaram mais do que nós, encarregaram-se de nos explicar o nosso erro e de nos reconduzir da vereda em que caminhávamos para a estrada larga da cultura, do turismo e do desenvolvimento.

De facto, o turismo é uma actividade recente que não tem mais de cem anos. As reduzidas acessibilidades e a pouca mobilidade geográfica, aliada às escassas condições económicas e culturais da generalidade das populações, interditarão inicialmente a prática do turismo à maioria dos cidadãos.

Ao longo do século passado, melhoraram as condições económicas, foi-se generalizando a prática de férias pagas, ao mesmo tempo que foram exponencialmente elevados os níveis de escolaridade e os índices de cultura.

Aliado tudo isto à verdadeira revolução das acessibilidades e da mobilidade geográfica pudemos então criar possibilidades de satisfazer as novas necessidades culturais e turísticas das sociedades. Gerou-se deste modo, nas últimas décadas, um *contínuum* turístico que não tem paralelo na história.

Inicialmente e durante décadas verificou-se uma procura sazonal intensa do turismo de “sol, areia e mar”. Gradualmente demo-nos conta de que essa motivação já não satisfazia as expectativas da maioria dos turistas. Muitas das estâncias balneares que tinham implicado vultuosos investimentos financeiros entraram em declínio. Foi necessário procurar alternativas, criar mais infra-estruturas e, sobretudo novos destinos: o exótico, o primitivo, o “radical”. Mas a sociologia do lazer indica-nos agora que também esse segmento turístico tem os dias contados.

Não é, portanto, surpresa que tenhamos começado a ver o turismo adjectivado. De há uns tempos a esta parte é comum ver e ouvir falar de “turismo rural”, de “turismo etnológico e/ou etnográfico”, de “turismo industrial”, de “turismo ambiental”, de “turismo desportivo”, de “turismo arqueológico”, de “turismo geológico e mineiro”, de “turismo cultural” e de outros turismos ainda mais especiosos e especializados. É que para todos estes novos turismos existem actualmente fortíssimos segmentos de públicos e existe, sobretudo, um enorme público potencial que está nas nossas mãos sensibilizar e satisfazer à medida das nossas capacidades de imaginação e de realização.

## PATRIMÓNIOS, TURISMO, DESENVOLVIMENTO

Estamos hoje perante um novo desafio que é o de combinar de maneira diferente e inovadora a cultura e a economia, transformando os patrimónios e as memórias a eles associados em produtos turísticos no sentido real da palavra, isto é, com funções que impliquem a sua reelaboração produtiva.

É neste contexto que temos de enquadrar as operações tradicionais de protecção patrimonial. A salvaguarda, a conservação, a reabilitação e o estudo do património que são, como sabemos, operações especializadas e onerosas, só terão pleno significado se atribuirmos ao património novas funções que em muitos casos estão directamente relacionadas com o turismo de clara conotação cultural.

O valor do objecto patrimonial não está normalmente associado às qualidades físicas do objecto mas antes a um valor acrescentado pelos homens que depende de um conjunto de referências históricas,

sociais, económicas, intelectuais, psicológicas, culturais e que varia com as pessoas e os grupos que lhe atribuíram o valor de tal ou tal outra maneira. Isto significa que o património não é um fim em si mesmo. É um meio. É um recurso que nós temos usado ao longo dos tempos. Usamos o património em diferentes contextos de tempo e de espaço, como recurso seja de rememoração, função primordial dele enquanto nos assegura as noções de continuidade e de mudança, de passado e de presente; como recurso didáctico, como recurso científico, como recurso turístico. O património tem pois, antes de mais um valor instrumental.

Já W. D. Lipe afirmou em 1984: “os restos do passado configuram um depósito de recursos potenciais ao nosso alcance para serem utilizados no presente e no futuro para o desenvolvimento cultural da nossa sociedade”.

E Lipe refere outros “valores” do património com os quais também estamos familiarizados: o valor económico, o valor estético, o valor social, o valor informativo e o valor simbólico/significante.

São todos estes valores incorporados nos bens patrimoniais que nós temos usado ao longo dos tempos ao associá-los a estruturas culturais permanentes como os museus.

Nos últimos tempos nasceram novas realidades que nos permitem integrar harmonicamente dimensões económicas e culturais tendo sempre como referência o desenvolvimento sustentável que nos garanta o futuro.

De facto, o turismo é hoje uma actividade transversal que proporciona variadas oportunidades de desenvolvimento económico e de enriquecimento cultural das comunidades locais e daqueles que as visitam. E, no caso do património ao utilizá-lo como recurso turístico permite rendibilizar as despesas com a

sua conservação e reabilitação que, como referimos são muito dispendiosas.

Naturalmente que uma actividade como o turismo oferece muitas oportunidades mas também comporta problemas dos quais temos de estar conscientes. Não é por termos muito património, ainda que muito valioso, que o sucesso da actividade turística está assegurado. Os bens patrimoniais só serão recursos turísticos se forem e se mantiverem bem conservados, se forem alvo de um adequado plano de gestão e se forem objecto duma ampla e correcta divulgação e promoção.

Esta acção dinamizadora desenvolvida a partir da frente cultural e tendo em vista o desenvolvimento local deve mobilizar todos os recursos existentes no território: os Centros Culturais, os Centros de Interpretação, os Museus, Ecomuseus, Museus de território existentes, usando, naturalmente, todos os bens patrimoniais bem conservados.

A diversidade é uma vantagem da oferta cultural local. Nesse sentido há que elaborar políticas turísticas tendo em conta as características e as necessidades das diversas realidades sociais, culturais, territoriais.

Uma das experiências mais interessantes desenvolvidas nas últimas décadas usando a valorização do património local para o desenvolvimento, foi o aparecimento das Rotas ou Itinerários Culturais.

O fenómeno não é novo. Já em 1990, a propósito do Ano Europeu do Turismo, a Comissão de Turismo da Comunidade Europeia publicou um “Guia dos Itinerários Culturais das Regiões da Europa”. Contam-se por centenas as “Rotas” já então existentes. Apenas a título de exemplo: Dinamarca – 14; Irlanda – 26; Espanha – 19; Itália – 22; Noruega – 18; França – 26; Roménia – 41; Grã-bretanha – 65. E Portugal? O nosso país não

tinha nenhum itinerário cultural estruturado. Hoje a realidade é diferente. Ouvimos aqui falar de algumas rotas e tomámos contacto directo com outras. Um pouco por todo o país vamos podendo fazer percursos de clara conotação cultural que nos enriquecem (culturalmente) e que contribuem para o desenvolvimento das actividades locais que os materializaram.

E isto em todos os sectores e usando uma enorme diversidade de patrimónios. Sabemos de várias Rotas do Contrabando, da Rota do Ouro Negro (o Volfrâmio) na serra da Freita, da Rota dos Castros no Fundão, do Circuito Torgueano em Sabrosa, e das Rotas de obras escritas como a de Virgílio Ferreira em Gouveia ou de Aquilino em Moimenta, da Rota do vidro entre Alcobaça e a Marinha Grande e da Rota da Lã na Serra da Estrela. De rotas em zonas urbanas como a do património na Colina dos Hospitais Cívicos de Lisboa, da Rota dos Mármore, da Rota dos Abutres, das Minas de Segura, ou a dos fósseis de Penha Garcia que ontem nos ajudou a manter a boa condição física.

Esta nova e intensa actividade usando o património como recurso turístico, obriga-nos a cuidar mais eficazmente dos bens culturais e a tornarmo-nos todos responsáveis por eles e pela sua conservação e, nesse sentido, é um poderoso factor de educação patrimonial e de educação para a cidadania; obriga-nos a associar o património cultural e os recursos naturais e ambientais, percebendo deste modo a importância da preservação da Natureza e tomando consciência da necessidade de uma correcta gestão dos recursos.

Mas este novo tipo de turismo cultural é também ele gerador de emprego e, nesse sentido, um poderoso agente de fixação de das populações, contrariando a tendência para a desertificação humana.

É pois tempo de pormos mãos à obra. Tempo de requalificar os nossos bens culturais, atribuindo-lhes uma nova função social – a do Turismo Cultural, que contribua para o aumento dos possíveis da cultura e que garanta a todos um futuro centrado na sustentabilidade.

## BIBLIOGRAFIA

BENSAHEL, L. e DONSIMONI, M. (coord.) – Le Tourisme, facteur de développement local. Grenoble, PUG, 1999.

GARCIA MARCHANTE, J. Saul, e HOLGADO, Maria del Carmen (coord) – La función social del patrimonio: el turismo cultural. U.C. La-Mancha, Cuenca, 2002.

BALLART, Joseph – El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso. Barcelona, Ed. Ariel, 1997.

LIPE, William D. – Value and meaning in cultural resources, in H. Cleere (ed.) Approaches to the archaeological heritage. Cambridge, University Press, 1984.

TINOCO, Alfredo – Circuitos turísticos e desenvolvimento local, in Sistemas de Informação Geográfica e geológica de Base Regional, Beja, IGM, 1999.

TINOCO, Alfredo – Uma Rota de Turismo Mineiro – A Faixa Piritosa Ibérica. Beja, IGM, 1999.

